



Maceió, 26 de setembro de 2012.

Correios desafiam autoridades judiciárias e mantém proposta absurda

A ministra Kátia Arruda desabafou nesta terça-feira ao dizer que determinou nova reunião de conciliação entre ECT e Fentect em atendimento aos e-mails enviados por trabalhadores dos Correios de todo o país pedindo a intervenção da justiça para que a empresa voltasse a negociar. Entretanto, após a fala da ministra, surpreendentemente a ECT declarou que seu objetivo nesta campanha salarial é de fato racionalizar os custos e que mantém a proposta que fez em 05 de setembro. Ou seja, os 5,2% e mudanças na assistência médica por haver uma preocupação com os gastos e o desejo de passar a conta para a categoria ao adequar o plano as normas da ANS.

Segundo a empresa, 13 mil trabalhadores foram contratados recentemente e todos já deveriam ser enquadrados em um novo plano alternativo com compartilhamento administrativo e de gastos. A alegação é a de que o CorreiosSaúde é mais dispendioso que a assistência médica de outras empresas onde há o pagamento de mensalidade e não existe o benefício para pais e mães.

Aumento Linear

Diante do questionamento da ministra Kátia Arruda sobre a existência de outra proposta diferente da apresentada pelo TST para um aumento linear de R\$ 80,00, a ECT simplesmente declarou que não pagará o reajuste e não apresentou alternativa.

Interessada no avanço das negociações, a ministra

por sua vez apresentou uma nova proposta de R\$ 60,00 para a ECT que se saiu alegando que independentemente do valor do reajuste linear, via risco na quebra de isonomia de carreiras e desestruturação do PCCS. Em outras palavras, seria um reajuste final de 8,5% para os carteiros, entretanto, um pouco mais de 3% para os mais antigos de carreira, mesmo estando na mesma atividade.

Na realidade o que há é uma preocupação com os funcionários que recebem altos salários. Estes não estão nada satisfeitos com o reajuste linear porque R\$ 80,00 não significa nada para eles. Logo, os Correios têm medo dos processos judiciais de seu próprio corpo gerencial. Por isso, não cedem e nega o reajuste.

Investimentos no mercado financeiro

Após representantes da empresa afirmarem que a maior parte da renda dos Correios está aplicada em investimentos financeiros, o Ministério Público do Trabalho rebateu dizendo que a ECT não é banco e que seu investimento deveria ser em pessoal e melhores condições de trabalho.

Diante da afirmação do MPT, os negociadores da empresa se enrolaram com os números e não conseguiram explicar as origens e destinos das rendas e lucros nos Correios. Fato lamentável para quem diz andar com a verdade.

Recuo da ECT

Após longa discussão, a ECT chegou a propor um



plano de saúde no formato misto estabelecendo prazos para mudanças e exigindo de imediato a possibilidade de modelo alternativo para novos empregados. Além disso, manteve o índice de 5,2% recusando até mesmo o índice específico para o tíquete alimentação.

Diante da esperteza da ECT, o Ministério Público junto com a ministra Kátia Arruda elaboraram uma nova proposta alternativa com 5,2% de reajuste mais aumento real de 3,3%, totalizando 8,5% de índice econômico. Nessa proposta o plano de saúde só poderia ser alterado mediante justificativa e apenas com negociação coletiva. A ECT rejeitou dizendo que haveria uma renúncia do poder diretivo para realizar alteração no plano. O MPT sugeriu que a ECT acatasse a proposta em nome da perpetuação dos direitos sociais. Mesmo assim, a ECT continuou negando uma solução para o impasse.

Ameaça de ação civil pública

A postura truculenta dos Correios ficou evidente até mesmo para a justiça. Depois de ouvir a empresa se manifestar e apresentar suas justificativas contra o acordo com a mudança no horário da entrega de encomendas, o procurador presente na audiência de trabalho declarou: “não se leva em consideração em nenhum momento a saúde e segurança dos trabalhadores”.

O procurador criticou o discurso meramente comercial da empresa por não procurar garantir condições de trabalho, saúde e segurança para os trabalhadores e nem mesmo a excelência dos serviços.

Diante dos fatos, o MPT afirmou que se a ECT mantiver a postura de empurrar “goela abaixo” dos trabalhadores ações que prejudiquem a saúde da categoria, irá propor a representação da Fentect uma ação civil pública contra os Correios. Disse ainda que a empresa deveria ter sensibilidade com o movimento grevista e que não concorda com decisões que forcem o fim da greve de trabalhadores sem que seus problemas sejam de fato resolvidos,

pois a ECT insiste em manter os conflitos e necessidades por mais um ano.

Enfim, a empresa mantém-se intransigente diante do judiciário e não houve avanços na reunião de conciliação desta terça-feira ficando o Dissídio Coletivo de Trabalho agendado para amanhã, quinta-feira, a partir das 13horas e 30minutos.

O Sintect-AL pede a todos os trabalhadores para que se mantenham firmes na luta para que este ano a categoria seja prestigiada pelo TST e saia vitoriosa desta Campanha Salarial.

Correios temem mudanças na Súmula 277

Durante a reunião informal ocorrida nesta segunda-feira (24/09) com o Comando de Negociação, a ministra Kátia Arruda informou a todos sobre a alteração da súmula 277. O documento dizia, até pouco mais de um mês, que todas as cláusulas de um acordo coletivo tem vigência até que o mesmo se encerre. Porém esse texto foi modificado e hoje diz que todas as cláusulas do acordo coletivo passam a fazer parte do contrato de trabalho.

Dá pra notar a diferença? Se fizermos um acordo, todas as cláusulas a exemplo da ‘assistência médica’, ‘70% nas férias’, ‘adicional de 30%’ e todos os outros benefícios que temos acima da CLT serão incorporados ao nosso contrato de trabalho e não poderão ser tirados sem nossa concordância. Ou seja, antes éramos nós que tínhamos que fazer campanha para conquistar e garantir tudo aquilo que estava no acordo coletivo do ano anterior, agora vai ser a empresa que vai ter que brigar pra tirar os nossos direitos.

A partir de agora, nenhum acordo coletivo poderá ser menor do que o anterior, salvo com a concordância das partes. Isso é muito bom para o trabalhador porque garantindo o que já temos, passaremos a discutir somente avanços nas próximas campanhas salariais.

Viva a luta e os trabalhadores dos Correios!